



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 2ª VARA MISTA DA COMARCA DE ESPERANÇA/PB

Processo n.º 08018304820208150171

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **EDSON BATISTA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Inicialmente, a parte ré informa que para realização de qualquer pagamento administrativo por Seguro DPVAT concernente à cobertura por invalidez permanente, as vítimas são submetidas à avaliação médica criteriosa com o escopo de ser apurado o *quantum* indenizatório devido em decorrência da lesão suportada pela vítima, nos termos da lei 6.194/74.

Frisa-se que aludido exame é realizado por profissional imparcial e tecnicamente competente, obedecendo os estritos limites da legislação aplicável.

Entretanto, em análise ao laudo pericial, verifica-se que o i. perito também divergiu das conclusões realizadas pelo respeitável **Perito do IML**, sobretudo no que diz respeito à lesão/quantificação suportada pela parte autora e, conseqüentemente, no limite indenizável devido.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
NÚCLEO OPERACIONAL DE MEDICINA E ODONTOLOGIA LEGAL/CP
R. 200 KM 100,5, Rua Saldanha, Marinho - CEP: 58.400-780, Campina Grande/PB

EXAME TRAUMATOLÓGICO
Exatidão da Lesão Física

C. Laudo: 03.03.08.812BUB127

Data do exame: 14/01/2011 Hora do exame: 11:47

Órgão Requisitante: 2ª SRPC - DELEGACIA DE ESPERANÇA/PB, Nº de Solicitação: SP/19 Assessoria
Solicitante: BEL, Maria do Socorro da Silva, Nome: EDSON BATISTA, Identidade de Gênero: Masculino, RG: Nêr Costa CPF: 799.607.454-53, Data de Nascimento: 1952/1969, Estado: 50 Profissão: Aposentado, Filho(a) de José Batista e Maria de Lourdes Batista, Estado Civil: Solteiro, Inscrito(a) em: Fund. Inscricao Nacionalidade: Esperança/PB, Residente na Secretaria Geração de Maria, 128 Centro, Esperança/PB.

HISTÓRICO - O periciando sofreu um acidente automobilístico em 24/10/2010, sendo transportado para o Hospital de Trauma de Campina Grande, onde se submeteu a tratamento cirúrgico para fraturas no osso do fêmur.

DESCRIÇÃO - Ao exame, observamos: lesão cirúrgica no osso do fêmur com 3 cm de extensão no dorso do osso do fêmur, com sutura e pontos de sutura e leve hemorragia no movimento de flexão e extensão. Condição os seguintes documentos: laudo médico (14/02/2010) encaminhado para o exame físico submetido a tratamento cirúrgico, com perda funcional de 10% por lesão no osso do fêmur, laudo de lesão cirúrgica com tratamento em 24/10/2010 e com 10% de perda funcional no osso do fêmur submetido a tratamento cirúrgico.

QUESTÕES

1ª. Há fratura no osso do fêmur? SIM

2ª. Qual o tipo de fratura? CONTUNDENTE

3ª. Há perda de vital? NÃO

4ª. Resulta dificuldade permanente de membros, sentido ou função? SIM, LEVE DIFICULDADE NA FUNÇÃO DO MEMBRO SUPERIOR DIREITO.

5ª. Resulta incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 dias? SIM.

6ª. Provoca alteração de peso? PREJUDICADO.

7ª. Resulta perda ou inutilização de membros, sentido ou função? NÃO.

8ª. Origina incapacidade permanente para o trabalho ou atividade intelectual? NÃO.

9ª. Resulta deformidade permanente? NÃO.

10ª. Provoca abalo? PREJUDICADO.

Dr. Ricardo Almeida da Silva
CRM 00018304820208150171

Ocorre que o perito do IML, de forma acertada e devidamente embasada, entendeu pela debilidade de **10% de MEMBRO SUPERIOR DIREITO**, o que deverá ser considerado por esse d. Juízo, uma vez não há nos autos elementos capazes de comprovar que a vítima, ora autor, apresentou agravamento da lesão após a avaliação médica que se submeteu.

Não é crível que com os avanços da medicina, os tratamentos realizados na parte autora serviram para agravar a doença e não oportunizaram uma melhora ou, no mínimo, a manutenção da lesão apurada na esfera administrativa.

É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar o suposto agravamento da lesão, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem qualquer fundamentação.

Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo os documentos médicos acostados na exordial, que demonstram a ausência de agravamento da lesão capaz de gerar complementação indenizatória, sendo os pedidos autorais julgados improcedentes.

Caso não seja esse o entendimento de Vossa Excelência, requer a produção de nova prova pericial, nos termos dos art. 480 do CPC.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

ESPERANCA, 16 de dezembro de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB